MANIFESTO EM DEFESA DA PREVIDÊNCIA: CONSTRUIR A LUTA AO LADO DO POVO, RUMO À GREVE GERAL

Com o agravamento da crise econômica internacional, o aumento da exploração sobre os trabalhadores é a saída buscada pelas classes dominantes em todo o mundo. No Brasil, não é diferente. O rebaixamento geral do padrão de vida da população – com redução de salários diretos e direitos prestados pelo Estado – é o caminho adotado pelos governos buscando o acúmulo de capitais privados e retomada do ciclo econômico. No período recente, o auge da agenda de destruição de direitos ocorreu no governo Temer, com a aprovação do congelamento de gastos sociais por 20 anos e a contrarreforma trabalhista, um retrocesso de décadas, esvaziando o conteúdo da CLT ao permitir a prevalência do negociado sobre a lei mesmo em prejuízo ao trabalhador, retirando direitos históricos, aumentando o desemprego e jogando milhares de trabalhadores na informalidade ou em formas precárias de contratação, como o trabalho intermitente, a terceirização e a pejotização.



Os ataques a direitos e à própria democracia atingem níveis sem precedentes em nossa história recente com a eleição de Bolsonaro para a presidência em 2018. Após a extinção do Ministério do Trabalho e Emprego e a defesa da desregulamentação ainda maior da legislação trabalhista – chegando à caricata proposta de CTPS "verde-amarela", com ainda menos direitos – o governo apresentou, no último dia 20 de fevereiro, sua proposta de reforma da Previdência. O projeto de Bolsonaro é ainda mais perverso que a proposta de Temer, derrotada por nossa mobilização em 2016/17: estabelece idade mínima para aposentadoria de 65 anos para homens e 62 para mulheres, reduz drasticamente o valor do BPC para pessoas com deficiência e idosos sem qualquer renda (estabelecendo idade mínima de 70 anos para receber um salário mínimo), cria alíquotas progressivas de até 22% para o funcionalismo público e estabelece o regime de capitalização, entregando a Previdência para gestão dos bancos. No Chile, onde o regime de capitalização foi aplicado pela ditadura Pinochet na década de 70, o resultado é visto hoje: aumento exponencial da pobreza, com cerca de 79% dos aposentados recebendo valor inferior ao salário mínimo, levando o país à liderança do ranking mundial de suicídio entre idosos.

Ao contrário do que governo e grande mídia alegam falsamente, a Previdência Social é superavitária. Como demonstrado pela CPI da Previdência em 2017, o argumento de déficit é fabricado. De acordo com o relatório final da CPI, "os problemas com as estimativas e os cálculos governamentais findam por forjar uma situação artificialmente grave com o intuito de acabar com a previdência pública e criar um campo para atuação das empresas privadas". Cerca de R$ 110 bilhões são retirados anualmente da Previdência Social com a Desvinculação das Receitas da União (DRU), sem falar em aproximadamente R$ 300 bilhões que deixam de entrar nos cofres da Seguridade Social em função das políticas de desoneração tributária, bem como cerca de R$ 450 bilhões devidos à Previdência – em especial por grandes empresas e bancos – e não cobrados pelos sucessivos governos. Como se vê, o ataque à Previdência Social não se sustenta minimamente, apesar da intensa propaganda oficial e de grandes veículos de imprensa em defesa da reforma que, na prática, inviabilizaria a aposentadoria da maioria da população.

Nesse contexto, a luta em defesa da Previdência Social e pública deve ser prioridade máxima dos trabalhadores e povo pobre no próximo período. O projeto de Bolsonaro, visando a privatização do sistema de Seguridade Social, precisa ser enfrentado com uma intensa agenda de mobilização. Foi dessa forma que, mesmo em uma conjuntura de muitas dificuldades, derrotamos a reforma da Previdência de Temer em 2016/17. A resistência iniciada pelas mulheres com o maior 8 de março de nossa história em 2016, passando pela greve geral de 28 de abril e o Ocupa Brasília de 24 de maio foram mais fortes que os milhões gastos por Temer em propaganda oficial e compra de votos, maiores que o apoio massivo de banqueiros e empresários. Agora, frente ao mais brutal ataque à Previdência desde a redemocratização, é nossa obrigação a construção de uma ampla unidade de ação entre todos os setores da classe trabalhadora, movimentos sociais, juventude e o povo pobre das periferias. É necessária uma forte campanha de esclarecimento junto à população buscando a ampliação da trincheira em defesa da Previdência, bem como pressão junto aos parlamentares no Congresso Nacional. Mas, sobretudo e principalmente, será decisiva a construção de uma Jornada Nacional de Lutas que aponte para uma nova greve geral que possa parar novamente o Brasil. Nossa experiência recente já provou: com unidade e coesão, podemos vencer.

Porto Alegre, 27 de fevereiro de 2019

Fórum Gaúcho em Defesa da Previdência

